

“Deus é brasileiro”?

Reflexões atuais sobre 50 anos de encontros com o Brasil – e com diversas doutrinas sociais religiosas

In: “Candeeiro”, Revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS), Aracaju SE, Ano 13, Vol. 21, 2013, p. 8-16

- 1. Introdução e tese fundamental: A Igreja Católica deixa abandonada a classe média na América Latina**
- 2. Reflexões sobre doutrinas sociais religiosas encontradas pessoalmente**
- 3. O dinheiro – um fenômeno diabólico?**
- 4. Existe um “bom capitalismo” / “capitalismo decente”?**
- 5. Brasil como país pioneiro para uma superestrutura global secular?**

¹ Professor emérito de Economia / Economia política no Instituto Latino-americano e no Departamento de Economia e Administração de Empresas da Freie Universitaet Berlin, Berlin, Alemanha; Ruedesheimer Strasse 54-56, 14197 BERLIN; endereço particular: Am Sandwerder 8C, 14109 BERLIN; Tel. +49 - 30 - 8037551; manfred.nitsch@t-online.de.

“Deus é brasileiro”?

Reflexões atuais sobre 50 anos de encontros com o Brasil – e com diversas doutrinas sociais religiosas

1. Introdução e tese fundamental: A Igreja Católica deixa abandonada a classe média na América Latina

A eleição do papa latino-americano apresenta desafios enormes à Igreja Católica, em geral, e ao catolicismo brasileiro em particular, sendo o Brasil o país com o maior número de católicos no mundo – nominais pelo menos. Essa atualidade justifica-se uma reflexão, neste presente ensaio, sobre o velho dito “Deus é brasileiro” e suas imagináveis implicâncias e ramificações.

Como economista e educador intelectual tenho que reconhecer que, não sempre muito consciente, mas subcutaneamente quase sempre presente, a questão da dimensão religiosa tem sido bastante importante para mim, em todas minhas trajetórias acadêmicas (estudante, pesquisador e professor), assim como para a construção dos diversos tipos de modelos econômicos, sociais e ambientais e trabalhos de consultoria que desenvolvi sobre o Brasil e outros países latino-americanos e além nos últimos cinquenta anos. Espero que essa visão como estrangeiro ou europeu ou alemão, possa contribuir para as discussões e reflexões no meio intelectual brasileiro e latino-americano em geral.

Vivi, estudei e experimentei uma gama bem ampla de doutrinas sociais religiosas em vários países e épocas. Observei que, em cada uma, poderosos e opositores, atuais ou não, alternando-se no poder, têm reclamado uma certa “missão” religiosa. Porém, o que me surpreendeu, nas recentes décadas, estudando o caso do Brasil, tem sido a ausência quase total de uma doutrina socioeconômica religiosa, implícita ou explícita, por parte da instituição hegemônica religiosa do país, quer dizer, da Igreja Católica. O que me parece reinar como “super-ego” social, no sentido de Sigmund Freud, é o decálogo bem cismundano das normas globais, mais ou menos explicitadas pelas Nações Unidas em suas declarações e seus convênios. Encontro, no Brasil, uma cosmovisão, na qual o comportamento social é ou deve ser orientado pelo código universal de conduta dum “cidadão do mundo” perto à visão de Immanuel Kant na época da Iluminação. “Religião” se define mais pela relação do indivíduo com seu Deus ou suas outras referências metafísicas que pela ordem socioeconômica e política por ela predicada, justificada e legitimada.

Sem a cobertura da Igreja Católica à existente ordem socioeconômica e política do Brasil contemporâneo, ela se desvincula de uma parte grande da população, deixando abandonado não somente o empresariado, mas toda a classe média. Porém, as micro e pequenas empresas constituem a base firme da economia latino-americana, e seus donos, empreendedores, empregados e trabalhadores formam a maioria da população. Em conjunto com os trabalhadores e empregados das grandes empresas e com os empregados e funcionários do setor público, formam a classe média, que é hoje, sem dúvida, o fundamento da sociedade e da democracia cidadã do Brasil e da América Latina em geral. Porém, no discurso da instituição religiosa mais importante do país e do continente, a Igreja Católica, sobressaem ainda “os pobres” ou até “os oprimidos”, e o nome mesmo – Francisco - do novo papa cria a expectativa de que vai confirmar esse discurso. Menos vocífera, embora mais importante, fica também presente a ala tradicional da Igreja, com seu viés em favor dos grandes e poderosos, - como se a sociedade contemporânea se dividisse apenas entre opressores e oprimidos.

Dada a profunda religiosidade popular, essa lacuna na superestrutura religiosa católica abre caminhos para um marianismo carismático, para outras religiões, tais como as igrejas cristãs protestantes estabelecidas, pentecostais e evangélicas, os cultos afro-brasileiros ou caribenhos, as várias modalidades do espiritismo e as sacralizações de artefactos, pessoas célebres, caudilhos políticos ou movimentos sociais. No contexto da globalização atualmente em curso, parece mais interessante ainda, que se está formando também o secular consenso global cismundano já mencionado, uma cosmovisão baseada nos direitos humanos e nas outras normas proferidas e articuladas pelas Nações Unidas e seus adeptos. A meu ver, o Brasil tem o privilégio de representar hoje, como nenhum outro país, o atual “super-ego” cosmopolita universal, e, neste sentido, pode ser homenageado com o velho dito “Deus é brasileiro”².

Porém, se aproveitam dessa situação também superstições, vocações e messianismos altamente problemáticos. Espaço normativo é até dado para os auto-proclamados *Robin Hoods*, legitimando criminalidade e violência, desde abaixo, como também para os igualmente auto-denominados *Sheriffs* e seus pistoleiros, desde acima.

Deixem-me explicar, com mais detalhe o que quero dizer, quando falo sobre a necessidade de que, de um lado, a economia e também o sistema político sempre têm e precisam ter uma cobertura de certa forma religiosa e, de outro lado, doutrinas religiosas sociais – tanto cristãs quanto outras – são e devem ser periodicamente revisadas para estar à altura das mudanças socioculturais. E um novo papa sempre dá o apropriado motivo para reflexões sobre as doutrinas católicas.

Permito-me tomar minha própria experiência pessoal como base da narração, portanto, este texto será mais um ensaio reflexivo sobre o tema do que um estudo acadêmico. E concentro-

² Veja Nitsch, Manfred: „Deus é brasileiro“ – Ueber 50 Jahre Begegnungen mit Brasilien (50 anos de encontros com o Brasil), em: *Geographische Rundschau*, Vol. 62, No. 9, 2010, p. 50-51; reprint em *Tópicos* (Bonn; Sociedade Brasil-Alemanha), Vol. 49, No. 4, p. 60-61.

me mais nos aspectos problemáticos do que nos indiscutivelmente bons que existem nas várias versões das doutrinas sociais religiosas encontradas no meu curriculum vitae, mesmo se isso possa provocar a crítica de que esteja sendo um pouco negativista ou herético.

Como instrumento, vale a pena introduzir aqui o tripé universal dos meios de alocação de recursos como elaborado por Hans-Joachim Stadermann, um colega economista bem engajado e astuto³: Na antiguidade, o pilar mais importante era o *tabu*, na época feudal a *força*, e no mundo contemporâneo o *dinheiro*. Porém, também numa economia monetária, o mercado somente funciona com *dinheiro*, se a *força* policial inibe o roubo e se a estrutura dos *tabus* sociais admite a compra-venda do produto em questão e proíbe o roubo. No negócio normal, uma pessoa dona de uma empresa espera um ambiente, segundo os tabus dos quais é legítimo ganhar dinheiro e ilegítimo roubar, e onde a polícia entra com a força, se alguém, sim, rouba, e a justiça pode ser chamada, quando um cliente não quer pagar o dinheiro que ele deve; então, em nosso tripé, fica firmemente ancorada a religião como parte do pilar “tabu” num sentido amplo. Geralmente, o conceito da palavra “tabu” se usa em um sentido bem restrito, tanto no cotidiano quanto nos discursos acadêmicos, para caracterizar os itens mais fundamentais; porém, aqui será utilizada a palavra em sentido amplo. Esta escolha se justifica pelo fato de que, com o tabu, toca-se a mesma essência dos fenômenos e, além disso, todas as outras categorias genéricas para designar religião, secularismo, ateísmo e outras em uma mesma palavra (metafísica, super-ego, superestrutura, transcendência e outras), precisariam explicações e reflexões ainda mais complicadas.

Para detectar as doutrinas sociais religiosas dentro dos vigentes tabus em uma sociedade ou em um ato ou comportamento de costume, faz sentido assumir que, em qualquer ato econômico (de alocação de recursos), tanto o comerciante honesto como o criminoso baseiam suas atividades numa constelação tripartite: Ganhar ou roubar dinheiro sempre vai, de uma forma ou outra, não somente em conjunto com a força, legítima ou não, mas também com tabus sócio-religiosos, sejam explícitos ou implícitos. No caso do criminoso, ele geralmente aspira a obter *dinheiro*, aplica *força* oficialmente não legítima e constrói para si uma justificativa privada ou coletiva como *tabu*, enfrentando os tabus sociais de não roubar e de não ferir pessoas e propriedades, confrontando-se com a *força* judicial-policial.

Voltando aos desafios atuais de encontrar confiáveis normas fundamentais para um mundo globalizado, vale a pena passar revista doutrinas socioeconômicas e políticas mais ou menos explicitamente religiosas das últimas sete décadas.

2. Reflexões sobre doutrinas sociais religiosas encontradas pessoalmente

³ Stadermann, Hans-Joachim: Tabu, Gewalt und Geld als Steuerungsmittel (Tabu, força e dinheiro como meios de alocação), in: Schelkle, Waltraud / Nitsch, Manfred (orgs.): *Raetsel Geld. Annaeherungen aus oekonomischer, soziologischer und historischer Sicht (Enigma dinheiro. Aproximações do lado econômico, sociológico e histórico)*, Marburg: Metropolis, 1995, p. 146-172.

Para refletir sobre a importância e a relevância das diferentes doutrinas sociais cristãs e suas mudanças na economia e na vida social em qualquer sociedade, me permito percorrer meu CV pessoal e social como alemão, nascido em 1940 e formado na cultura protestante luterana no Norte de Alemanha. A Segunda Guerra Mundial terminou na Europa em maio de 1945, e, com ela, o regime nazifascista, que havia tido uma ampla base de apoio na Alemanha, incluso os dos “*Deutsche Christen*” (“Cristãos Alemães”), uma parte dos protestantes que havia apoiado ativamente o racismo, o antissemitismo, o social-darwinismo, o fascismo, a beligerância e o culto à pessoa de Adolf Hitler, seguindo a tradição luterana da união entre trono e altar. Claro que, depois de 1945, isso desapareceu imediatamente, e havia muita vergonha no ar, de maneira que as igrejas protestantes, em primeiro lugar luteranas e “reformadas”, que são teologicamente baseadas mais em Calvino e outros reformadores do século XVI, aderiam muito decididamente às doutrinas sociais democráticas da pós-guerra. A “*Soziale Marktwirtschaft* (economia social de mercado)” obteve a benção das igrejas, e o “*ehrbarer Kaufmann* (empreendedor / comerciante honesto)” virou, outra vez, figura de destaque. Essas tendências correspondiam também aos ideais dos americanos, ingleses e franceses nas zonas de ocupação deles, que depois se tornou em seu conjunto a Alemanha Ocidental, que se configurou na República Federal da Alemanha. No outro lado da Cortina de Ferro, quer dizer, na zona ocupada pela União Soviética, depois Alemanha Oriental ou República Democrática Alemã, a doutrina comunista dominou, e no protestantismo de lá, surgiu a “igreja no socialismo”, mais ou menos, em paz com o comunismo; mas existiu também sempre uma ala tradicional com uma doutrina já de nenhuma forma fascista, mas “burguesa”, comparável à igreja protestante na Alemanha Federal.

Como criança e jovem experimentei, pois, as consequências da ruptura com o nazifascismo no lado ocidental, em que os democratas cristãos, sob a liderança de Konrad Adenauer, assumiram a hegemonia política, com seu partido CDU (*Christlich-Demokratische Union*) que englobou, desde sua fundação, ambas grandes denominações cristãs, a protestante e a católica. A Igreja Católica também teve que lutar com as sombras do fascismo, porque havia abençoado o fascismo de Mussolini na Itália, e seguiu apoiando os regimes ainda abertamente fascistas de Franco na Espanha e de Salazar em Portugal, com suas colônias em África e Ásia. Portanto, a doutrina tradicional católica se inclinou mais para as formas políticas e econômicas do “Stato Corporativo” de Mussolini do que para o estado democrático e para a economia de mercado das três potências ocidentais e do recém criado Estado, a Alemanha Federal.

Na escola, como criança e depois como adolescente, o que aprendíamos era uma visão bastante coerente entre o que era bom, no sentido cívico, como sistema político e econômico existente, e eticamente também bom, como doutrina cristã, tanto protestante como católica, - sempre distanciando o status-quo na Alemanha Ocidental do estado nazista, mais ou menos “pagão”, da época anterior, e do estado comunista, mais ou menos “ateu”, a seu lado, na Alemanha Oriental.

Comecei meus estudos universitários de economia, pedagogia e línguas no ano de 1959, e, em 1960, fiz um estágio de dois meses numa empresa em Sabadell, Espanha, organizado

pela AIESEC (*Association Internationale des Étudiants en Sciences Économiques e Commerciales*). Nesse conjunto, sempre estávamos com um grupo de estudantes locais, de forma que havia, cada dia, conversas e discussões com estudantes espanhóis, ansiosos por aprender como funcionavam as coisas fora de seu país politicamente atrasado, sob o franquismo. “Francisco Franco – Caudillo de España por la Gracia de Dios” era o lema nas moedas; havia eleições somente dentro das várias “corporaciones”, sempre manipuladas, e costumes ridiculamente rígidos, sem as liberdades da Europa democrática. - Em geral, predominava a doutrina social tradicional da Igreja Católica.

Que diferença, porém, quando continuei meus estudos, no semestre de 1960/61, em Genebra, Suíça, onde o reformador Calvino era e é ainda a figura local dominante nos monumentos – e também na mente das pessoas comuns e - com vista às crises atuais me permito acrescentar - dos banqueiros. Não que Calvino mesmo houvesse pregado tudo isso verdadeiramente, mas a doutrina bastante secularizada que é vulgarmente chamado “calvinismo” justifica o mercado e o mercantilismo. Para os calvinistas, a riqueza é uma doação de Deus e o êxito, na vida, uma prova da virtude da pessoa; também a saúde é signo da graça de Deus. A família ficou sendo uma entidade social ao redor do homem e a unidade basal, na doutrina social protestante da sociedade, - de modo tão determinante que, na época, não havia ainda o sufrágio feminino na Suíça. Assim, encontrei outra vez uma vida social e econômica coerente com uma doutrina cristã prevalente no lugar, mas bem distinta da realidade espanhola.

Foi na Universidade de Genebra que aprendí que o *homo educandus* da pedagogia é, ao mesmo tempo e sempre, não somente, entre outros aspectos, um *homo ludens*, um *homo faber*, um *zoon politicón* e um *homo oeconomicus*, mas também um *homo religiosus*. A idéia central é que cada ser humano deve ser tomado, interpretado e como criança também educada, como um indivíduo com uma inclinação a ser religado com o cosmos sobrenatural, o divino, o metafísico, o transcendental ou chame-se e defina-se como se quiser, a “religião” e as outras facetas dos “tabus”. Se a religião ou as religiões na cultura, na qual a criança é nascida e formada, não se preocupa com essa inclinação, o indivíduo tende a construir para si um cosmos próprio, que pode oscilar amplamente entre o ascetismo ou misticismo, de um lado, e justificações e síndromes mais ou menos loucas até para atos violentos, do outro lado. Aprendíamos que isso não é somente uma dimensão do ser humano individual, mas também um fenômeno social e sociológico, porque cada sociedade desenvolve a tendência de auto-identificar-se, mais ou menos explicitamente, como “deus dada” e aprazada por Deus, e os reinantes e regentes tratam de legitimar-se como “filhos do céu”. Desde então, tenho sempre tratado de decifrar e entender bem não somente as instituições e lógicas econômicas e políticas das sociedades a serem analisadas, mas também seus tabus, quer dizer as crenças e os códigos religiosos, ou quase religiosos, explícitos e implícitos.

Permítam-me seguir minha carreira de estudante: No semestre de verão de 1961 voltei à Alemanha para estudar em Munique, capital do Estado da Baviera, no sul da Alemanha, onde ainda imperava um catolicismo bem tradicional. Vi meus professores de administração de empresas com talares e barretes na procissão da Festa do Corpo de Deus, desfilando com as colunas de artesãos, trabalhadores dos sindicatos cristãos, a juventude católica, etc. Outra

surpresa foi a câmara alta do Estado de Baviera, o “Senado”, com sua estrutura corporativista como as Cortes na Espanha, e nos surpreendeu também a ainda estrita separação das denominações religiosas na carreira universitária para professores da escola primária. Éramos estudantes vindos das várias partes da Alemanha Ocidental, e discutimos tudo isso intensamente. Como protestantes do Norte, tivemos a convicção de sermos muito mais adiantados com respeito ao mundo moderno que os católicos.

Nas férias de 1961 trabalhei com um grupo internacional de estudantes em um kibutz, em Israel, durante dois meses. A vergonha coletiva na Alemanha e o afã de contribuir para uma reconciliação com os judeus faziam, na época, com que o trabalho como voluntário em Israel fosse muito comum entre os estudantes engajados. A visão igualitária da vida em um kibutz, como cooperativa para a vida inteira, com espírito de fronteira e pioneirismo, com patriotismo e a missão de remir a terra pelo trabalho, contribuía para a formação de um mito positivo sobre essa forma de vida na “Terra Prometida”. A experiência com o duro trabalho no sol, o encontro com a moça de 17 anos que nos guardava e protegia contra os árabes palestinos, nos arredores, armada com um rifle durante a noite, as conversas com as pessoas comuns que encontrei também depois, viajando pelo país, pedindo carona, desmistificaram um pouco aquela imagem. Porém, a religiosidade da vida em Israel, com seus tabus e com força e violência, ficou bem marcada na memória, e resuscitada sempre com as notícias sobre os conflitos no Oriente Médio e na sociedade contemporânea em Israel.

De volta a Munique, no semestre de 1961/62, acompanhei os preparativos e a abertura do Segundo Concílio Vaticano (1962-65), do Papa João XXIII, porque a Faculdade de Teologia, da minha Universidade de Munique, era muito ativa no “*Aggiornamento*”, - palavra chave do Concílio, que significou, por fim, o esforço do Vaticano de pôr em dia (“*giorno*”) não somente a liturgia e a teologia, em suas múltiplas facetas, mas também a doutrina social da Igreja. Os assuntos principais eram: da economia corporativista à economia de mercado (“dinheiro”), da família como unidade da sociedade ao indivíduo, da representação corporativa política à democracia liberal e da posição hegemônica da Igreja Católica à separação de Igreja e Estado e à liberdade religiosa, quer dizer a aceitação das outras religiões e denominações como mais ou menos iguais. Deveria caber nessa lista, entre outro, a igualdade dos sexos e gêneros, se não houvesse, ainda até hoje, a reserva masculina para homens no clero da Igreja Católica. Eram passos importantes e, para muitos crentes, dolorosos, mas os resultados do Concílio abriram as portas para uma vida dos católicos mais facilmente compatível com a modernidade, e também para uma transformação pacífica do império colonial português – ainda existente na época – e dos regimes fascistas da península ibérica uma década mais tarde.

Para o ano acadêmico de 1962/63 obtive uma bolsa Fulbright para estudar nos Estados Unidos. Minha escola era Middlebury College, localizado em Vermont, New England, longe das regiões de conflitos raciais no Sul e das grandes cidades, mas como *liberal arts college* sempre bem informada e com discussões e debates profundos, nas humanidades, ciências sociais, economia e pedagogia. John F. Kennedy era o jovem presidente, e sua visão de *New Frontier*, em vários aspectos, entusiasmou a juventude, não somente nos Estados Unidos. As

discussões políticas na sua campanha eleitoral me haviam fascinado durante meus estudos em Genebra, junto com vários estudantes dos Estados Unidos. Agora, em Vermont, terra dos calvinistas, em “God’s own country”, e com as experiências na Espanha com o fascismo clerical e, em Munique, com o Concílio Vaticano, compreendi, com mais profundidade, por que o catolicismo de Kennedy havia sido tão controvertido, - era seu vínculo com o fascismo, contra o qual os americanos haviam lutado na Segunda Guerra Mundial. Por lado, imagino, mas não sei ao certo, que as querelas na campanha de Kennedy haviam sido também uma causa para dar urgência ao *Aggiornamento* por parte do Vaticano e do próprio Papa.

Na América do Norte reina, tradicionalmente, um calvinismo popular mais radical que na Europa protestante⁴. Porém, a reverência ao “honest businessman” é, mais ou menos, igual. Com sua apreciação religiosa do trabalho, empreendedorismo, riqueza e saúde, ele se contrapõe bastante aos princípios católicos de caridade, humildade e solidariedade “com os pobres e oprimidos”, - sem o que as pessoas, nem o clero nem os laicos, se comportariam tão diferentemente. Porém, a rigidez nas normas de comportamento sexual era igual entre o puritanismo protestante e as doutrinas da igreja católica. O que provocou um susto a mim como alemão pós-nazi, foi a defesa da segregação racial - *white supremacy* - com argumentos religiosos por parte de uma boa parte de norte-americanos brancos; por fim, quando viajei aos Estados do Sul, pude ainda ver os letreiros “*Whites only*” nos bancos de parque. Algo similar me ocorreu em 1975 na África do Sul, onde muitas igrejas cristãs também defenderam o *apartheid* como mandato de Deus. Nos Estados Unidos de América era também estranha para mim a convicção de muitos de que a pobreza seja normalmente autoinfligida ou uma pena de Deus para pecados, como também a doença. Outras irritações me surgiram e surgem ainda, quando americanos religiosos interpretam a Bíblia literalmente e com messianismo, defendem a pena de morte ou se declaram diretamente inspirados por Deus ou Jesus, ao tomarem decisões e até vão à guerra como a uma “cruzada”. Evidentemente, as doutrinas sociais religiosas podem ser fontes de decisões sobre vida e morte não somente para terroristas, de forma que os tres pilares do tripé Tabu – Força – Dinheiro se combinam bem diferentemente, nas diversas regiões, culturas e épocas.

Depois do ano acadêmico em Middlebury, tive a oportunidade, em 1963, de passar dois meses com um grupo de estudantes de vários países na Colômbia, e depois do porto de Letícia, no Rio Solimões, passei também alguns dias no Brasil. Era a tumultuada época, antes do golpe de 1964, que estabeleceu o regime militar; o lema da Igreja Católica oficial era “Tradição – Família – Propriedade”, e sua posição era claramente ao lado dos donos do poder e da propriedade. Em Colômbia, trabalhamos em um bairro popular da cidade de Cali, construindo um campo de futebol e a outra metade do grupo fez um estudo para a Acción Comunal de uma vila, na selva do Pacífico, perto de Buenaventura. Fomos assim confrontados com os problemas sociais, tanto da cidade quanto do campo. Nesse período, teve lugar o Primeiro Congresso Latino-americano de Escolas Radiofônicas, organizado pela

⁴ Veja o estudo clássico de Weber, Max: *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus (O ética protestante e o espírito do capitalismo)*, Berlin 1905, e muitas edições e traduções ulteriores.

Rádio Sutatenza, uma emissora da diocese de Bogotá. Ali, pela primeira vez, encontrei um catolicismo engajado com os camponeses e com os pobres em geral⁵. O discurso girou ao redor da “educación fundamental integral”, e muito mais tarde me dei conta de que a palavra “integral” providenciava uma ponte importante entre o “integralismo”, quer dizer, a doutrina social da Igreja Católica tradicional, perto do fascismo, na América Latina, e a teologia e prática progressista, que pouco depois chegou a se chamar “Teologia da Libertação”.

De volta a Munique, fiz meus exames acadêmicos e acompanhei os resultados do Segundo Concílio Vaticano (1962-65), interpretando o “*Aggiornamento*”, em primeiro lugar, como modernização da doutrina social, econômica e política. Naquele momento, a Igreja Católica se distanciou claramente do fascismo e seu “*Stato Corporativo*” e ela fez a paz com a economia de mercado e com a democracia política liberal, apoiando os partidos democratas cristãos, com sua “economia social de mercado” e seus princípios liberal-conservadores democráticos. Até com os socialistas moderados, quer dizer os social-democratas, se fez a paz, depois de muitas décadas de luta e tensões.

No meu segundo vôo para América Latina, no ano emblemático de 1968, a Lufthansa me deu um upgrade, provavelmente por ser recém-doutorado, de maneira que estava sentado ao lado de um bispo alemão a caminho da famosa Conferência do Episcopado Latino-americano em Medellín. Lembro bem de nossa conversa, na qual fui, pela primeira vez, confrontado com a preocupação do clero europeu e norte-americano de que a Igreja Católica, na América Latina, se inclinasse para uma visão marxista na sua doutrina social, econômica e política, com sua “Teologia da Libertação”. Significou também um certo *aggiornamento*, mas muito diferente daquele do Norte-Atlântico.

Como jovem intelectual de 1968, defendi, naturalmente, a “opção pelos pobres”, mas já na minha própria missão na Colômbia, que foi um estudo acadêmico sobre o financiamento do desenvolvimento e o papel do sistema bancário nisso⁶, descobri o diferente valor das escolas econômicas para a análise e para a recomendação de políticas a serem implementadas. Entendi bem que a visão marxista da “luta de classes”, da “heterogeneidade estrutural” dos “modos de produção” e da “dominância do capital financeiro” num “estado de capitalismo monopolista” com “democracia burguesa”, eram conceitos analíticos bastante frutíferos para fazer análise e a crítica, e também para formular polêmicas, mas não tanto para recomendar algo prático e realista às autoridades colombianas e aos responsáveis da cooperação internacional, na Alemanha ou no Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) etc.

Como linha geral para fomentar o desenvolvimento econômico na época chegou a ser bastante convincente uma alta dose de ortodoxia: mais mercado! Em termos de Stadermann:

⁵ Nitsch, Manfred: Fundamental Integral Education: Radio Schools in Latin America, in: *Comparative Education Review* (Chicago), Vol. 8, No. 3, 1964, p. 340-343.

⁶ Nitsch, Manfred: *Entwicklungsfinanzierung in Lateinamerika – am Beispiel Columbiens (Financiamento do desenvolvimento na América Latina – o exemplo da Colômbia)*, Stuttgart: Klett, 1970.

Mais dinheiro e menos tabu e força! Porque o crédito “dirigido”, com juros subsidiados, chegou quase sempre aos poderosos; os bancos estavam nas mãos de pessoas e grupos (“roscas”) com “amigos” nos ministérios, agências intermediárias e bancos públicos ou no Banco Central. Eram essenciais essas panelinhas, porque os bancos não estavam autorizados a cobrir seus custos nos mercados financeiros; - e vice versa, no sentido de que os ministros e seus partidos estavam nas mãos dos ricos donos dos “grupos” financeiros para financiar suas campanhas eleitorais. Créditos para a pequena empresa chegaram a “pequenos” consultórios médicos ou a lojas, no aeroporto, de filhos e filhas das classes altas ou médias. Voltando ao tema da doutrina social religiosa reinante: Todo esse “corpo” social, no qual se reproduzia uma sociedade altamente estratificada, gozava ainda da bênção por parte da Igreja Católica tradicional, comparável ao já mencionado movimento brasileiro “Tradição-Família-Propriedade”, que havia apoiado o golpe nos idos de março de 1964, estabelecendo o regime militar no Brasil.

Então, com meu *background* europeu, pensava que fosse óbvia e evidente a necessidade duma certa liberalização para acelerar o desenvolvimento econômico, saindo do que meus colegas americanas Shaw e McKinnon chegaram a chamar a “repressão financeira”⁷ na mesma época: Uma vez estabelecido um regime capitalista, com uma economia monetária, com propriedade privada dos meios de produção e trabalho assalariado, por meio de uma Constituição política liberal, deve-se também estabelecer um regime de concorrência entre as empresas, de forma que vivam de suas prestações de serviços e da oferta de bens aos seus clientes, se não têm razões especiais para justificar subvenções. Para os mercados financeiros, isso significava que os donos e as donas de empresas, em vez de ficarem ansiosos para serem “beneficiários” de um crédito com juros subsidiados, deveriam ser tratados como “clientes” – no sentido comercial, e não no sentido de “clientelismo”!

Primeiro na Universidade de Munique, e desde 1977 no Instituto Latino-americano e no Departamento de Economia da Freie Universitaet Berlin, tenho seguido essa linha com respeito ao sistema financeiro e aos assuntos do que agora se chama “microfinanças”, no meu ensino acadêmico, nas pesquisas, na orientação de teses e nas consultorias sobre cooperação internacional. Mas compreendi, que, na América Latina, isso não era nada óbvio nem evidente, porque o “capitalismo tropical” tinha, e ainda tem, suas características bem próprias⁸. De modo geral, os bancos de desenvolvimento tendem ainda a financiar os

⁷ Shaw, Edward S.: *Financial Deepening in Economic Development*, New York et al.: Oxford University Press, 1973; McKinnon, Ronald I.: *Money and Capital in Economic Development*, Washington: Brookings, 1973.

⁸ Nitsch, Manfred: *Brasilien: Sozio-oekonomische und innenpolitische Aspekte des “brasilianischen Entwicklungsmodells” (Aspectos socioeconômicos e políticos do “modelo brasileiro de desenvolvimento”)*, Ebenhausen: Stiftung Wissenschaft und Politik, 1975; reprint in: Grabendorff, Wolf / Nitsch, Manfred: *Brasilien: Entwicklungsmodell und Aussenpolitik (Brasil: Modelo de desenvolvimento e política internacional)*, Muenchen: Fink, 1977, p. 1-144; Nitsch, Manfred: Capitalismo tropical x cidadania, in: D’Incao, Maria Angela (org.): *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*, São Paulo: Cortez, 2001, p. 341-351; Andrae, Silvio / Pingel, Kathrin: *Tropical Finance. Von den (Un-)Moeglichkeiten eines laendlichen Finanzsystems im brasilianischen Amazonien (Finanças Tropicais. Das*

investimentos “importantes”, “estratégicos” ou “prioritários” dos grandes e poderosos, com juros subsidiados, e até muitas vezes com impunidade e “anistia”, se eles não repagam. De outro lado, sob a pressão de políticos da esquerda, intelectuais, organizações não-governamentais e também do clero progressista, os mesmos bancos abrem “janelas” ou “programas especiais”, para os “pequenos” e “os pobres e oprimidos”. Porém, de fato, quase sempre basta somente para uma parcela bem pequena dos teoricamente elegíveis, como, em primeiro lugar, para certos representantes deles, assim cooptando-os no sistema e acalmando as vozes dos de abaixo.

Nessa estrutura, os bancos têm dificuldades de oferecer condições atraentes para os poupadores; além disso, dependem sempre da recapitalização pelo Estado ou pelo Banco Central, que, muitas vezes, ajudou emitindo dinheiro – e assim criando inflação. O que sempre me surpreendeu foi o furor quase religioso com que foi defendida essa constelação pela direita e também pela esquerda. Os tabus anti-liberais coincidiram, contra os quais tratei de defender minha terapia “mais mercado com a regulamentação necessária”, como se fosse ela um projeto diabólico. É uma atitude bem obviamente contraprodutiva e anti-desenvolvimentista, mas finalmente também compreensível, porque, em uma estrutura social altamente estratificada, faz sentido que não somente os defensores do status quo, mas também os reformadores e, naturalmente mais que todos, os revolucionários se entendam ou até explicitamente se auto-declarem como “vanguardas”, dentro de um mundo social experimentado e visto como sempre e quase “naturalmente” hierarquizado. O lema clássico do liberalismo “le monde va de lui-même (o mundo vai por si mesmo)” fica como um anátema para os advogados e vanguardas de ambos lados, - como também para muitos de seus clientelista-clientes.

3. O dinheiro – um fenômeno diabólico?

O furor, com o qual foi confrontado com meus argumentos, tocou uma profunda preocupação ética com a moderna economia monetária que se está manifestando atualmente também nos debates sobre as crises financeiras e sobre movimentos como “Occupy Wall Street”. Por isso, merece um tratamento um pouco mais detalhada.

A sociedade moderna se divide em vários subsistemas – a política, a economia, o esporte, as artes, as ciências, o militar, o sistema judicial, e outros. Essa visão sistêmica funcional da sociedade urbana moderna serve bem para decifrar e descrever a lógica interna desses sistemas, e o grande maestro desse tipo de análise era o sociólogo alemão Niklas Luhmann. Em seu livro sobre “A economia da sociedade”⁹, ele introduz a diferença entre o “simbólico” e o “dia-bólico” da moeda ou do dinheiro, num primeiro passo, como um jogo

(im-)possibilidades de estabelecer um sistema financeiro rural na Amazônia brasileira), Frankfurt/M. et al.: Peter Lang, 2001.

⁹ Luhmann, Niklas: *Die Wirtschaft der Gesellschaft (A economia da sociedade)*, Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1988.

linguístico: Da palavra grego *ballein* – atirar, ele distingue o atributo de atirar juntando ou incluindo, quer dizer o *simbólico*, do atributo de atirar separando, excluindo ou dissipando, o *diabólico*. Naturalmente, Luhmann é consciente do sentido religioso do “diabo”, mas ele usa a etimologia para introduzir, de uma forma aparentemente inocente, a brutal exclusão, na economia monetária moderna, dos que não podem pagar para o acesso a mercadorias, e sejam bens essenciais para a sobrevivência de seres humanos. Também com respeito ao meio ambiente, a economia monetária é cego, surdo e não nota cheiro: ”pecunia non olet”, disseram os romanos. Essa interpretação da moeda recebe uma avaliação e um seguimento por Juergen Taube e Waltraud Schelkle¹⁰, no qual eles elaboram bem “o diabólico” do dinheiro, mas enfatizam também a “redenção”, como conceito também religioso ou a “libertação”, como conceito quase político, quando se usa o dinheiro para repagar dívidas.

Essa múltipla dualidade entre simbólico e diabólico para caracterizar a economia monetária como também entre redenção e libertação para superar o diabólico do dinheiro, me leva a reconsiderar o famoso dito – autêntico ou não, o que aqui não importa - de Getúlio Vargas: “Para meus amigos – tudo, para meus inimigos – a lei”. Na sociedade tradicional, é “o amigo” que redime a pessoa, seja um indivíduo ou uma instituição do mesmo estrato social, ou seja um advogado ou uma “vanguarda” das classes superiores, para preocupar-se dos “pobres”. Porém, na sociedade moderna, analisada por Luhmann, é “a lei” que liberta o devedor, tanto quando paga, quanto quando verdadeiramente não pode pagar e cai na insolvência pessoal, seria o juiz ou a juíza que lhe libera e deixa a perda aos credores. Além disso, as transferências da assistência social lhe liberam do abismo infernal, onde acabaria chegar, quando estivesse incapaz de pagar para sua cesta básica. Sou consciente de que a palavra “libertar” tem outro sentido também, como em “teologia da libertação”, em que muitas vezes implica uma “Alternativa” com “A” maiúscula, no sentido de superar o capitalismo, globalmente reinante, por uma economia solidária, comunitária, ou genuinamente socialista como uma visão; Cuba serve, às vezes, como prova de que não é algo completamente utópico, porque seu regime, marcadamente não capitalista, segue existindo por cinco décadas. Em uma sociedade parcialmente moderna, com deficientes sistemas legais de proteção social e judicial, surge logicamente a convicção de que são unicamente “os amigos” que podem controlar o diabólico da moeda ou que somente uma Alternativa exorcizante pode libertar o mundo do diabo que está de cócoras, na economia monetária capitalista.

4. Existe um “bom capitalismo” / “capitalismo decente”?

Não cabe dúvida, que o capitalismo existente não merece uma benção geral e sem reservas. Porém, sem superestrutura religiosa ou super-ego de tabus não funciona nenhuma economia.

¹⁰ Taube, Juergen / Schelkle, Waltraud: Das Diabolische des Geldes (O diabólico do dinheiro), in: Stadermann, Hans-Joachim / Steiger, Otto (eds.): *Der Stand und die naechste Zukunft der Geldforschung. Festschrift für Hajo Riese zum 60. Geburtstag (Estado e futuro próximo da pesquisa sobre o dinheiro. Festschrift para Hajo Riese a ocasião de seu 60 aniversário)*, Berlin: Duncker & Humblot, 1993, p. 43-56.

Por isso, a pergunta por um “bom capitalismo” é, atualmente, sumamente relevante. Uma resposta interessante se discute numa publicação recente que reclama o “capitalismo bom” para a socialdemocracia liberal, diferenciando-o do “capitalismo financeiro”, caracterizando este como “bad capitalism”¹¹. Para o autor, o projeto da direita é defender o capitalismo como tal, na sua totalidade, como “good capitalism” e denunciar os políticos como os responsáveis pelas crises, enquanto o discurso da esquerda além da socialdemocracia, ataca a mesma ordem ou desordem existente como um “capitalismo de cassino”, que deve ser derrubado e substituído por outro sistema, insinuando a existência de um “bad capitalism” igualmente holístico e indivisível. O apelo do autor se dirige à socialdemocracia internacional para que não se deixem roubar nem o mercado como meio e instrumento de alocação e acumulação econômica, nem a democracia dos cidadãos com direitos iguais e substanciais! Nesse contexto, deve ser explicado que ele se refere à “direita” como aos neoliberais, não tanto aos conservadores com inclinação corporativista, tipo doutrina tradicional católica.

Pouco depois, a revista “*Nueva Sociedad*” publicou outro artigo, de economistas alemães, na mesma linha, - somente com mais ênfase ainda nos aspectos ecológicos, baixo o título possivelmente mais adequado: “Capitalismo decente”¹².

Nos seus argumentos, todos eles fazem poucas alusões à legitimação explicitamente religiosa de suas teses, porém, estou convencido que os governos brasileiros, todos, mais ou menos, socialdemocratas desde Fernando Henrique Cardoso, têm seguido um caminho similar, tratando de construir uma superestrutura de normas e tabus, *grosso modo*, correspondentes. A “Constituição Cidadã” de 1988 ajudou muito nisso. Porém, por parte da Igreja Católica, no Brasil, não pude registrar maior apoio para esse processo de “cidadanização”, permita-me a palavra. O que tem sido notável era mais bem um cisma substancial, não institucional, entre a ala tradicional e a progressista, ambas céticas com respeito ao mercado e à economia monetária “capitalista” ou “neoliberal”, como também à democracia “burguesa”. Não é de se surpreender que outras igrejas, congregações e seitas, com seu apelo calvinista, têm experimentado um grande “boom” nas décadas recentes, como também a muito frequente secularização, sem profunda fé em Deus e a vida depois da morte.

O mercado, como arena descentralizada, é fundamental para a vida econômica no Brasil de hoje, e a democracia é similarmente fundamental para a política. Para que a Igreja Católica latino-americana se acomode com essa realidade, como foi feito no Norte-Atlântico, no Segundo Concílio Vaticano, precisaria provavelmente de algo como um novo concílio.

¹¹ Hutton, Will: Liberal Social Democracy, Fairness and Good Capitalism, in: *Policy Network: Priorities for a New Political Economy: Memos to the Left*, London 2011; tradução espanhola: La socialdemocracia liberal, la equidad y el buen capitalismo, in: *Nueva Sociedad* (Buenos Aires), No. 236, 2011, p. 27-38.

¹² Dullien, Sebastián / Herr, Hansjoerg / Kellermann, Christian: *Decent Capitalism: A Blueprint for Reforming our Economies*, London: Pluto, 2011; tradução parcial espanhola: Capitalismo decente: Una contribución progresista al debate sobre la reforma económica mundial, in: *Nueva Sociedad* (Buenos Aires), No. 243, 2013, p. 18-36.

Porém, me parece que a Igreja Católica, sob o Papa Francisco, não vai iniciar um segundo *Aggiornamento*, com uma certa dose de calvinismo, como João XXIII o havia feito, mas ela ficará com o *spagat* entre suas velhas doutrinas, com *caritas* como dever dos ricos de cuidar dos pobres como se fossem objetos, e sua ala esquerda, onde “os pobres” estão também no topo da lista nos discursos, mas como os sujeitos predilectos para construir um Reino Alternativo pouco realista. O novo foco do Papa nos pobres poderia até constituir certo desafio para o governo brasileiro, com seu slogan “Um país sem miséria / pobreza”. Vai precisar de certa reformulação para evitar a sugestão de que o Brasil pretenda ser um país sem o grupo alvo principal de sua igreja principal. De outro lado, se o Papa não enfatiza a universalidade de sua missão, as mulheres e homens das classes médias com seus problemas cotidianos, com suas instituições econômicas e políticas liberais, quer dizer com “a lei”, em vez de “amigos”, poderiam seguir sentindo-se abandonadas pela Igreja.

O que se pode esperar do Papa Francisco, é uma nova atitude e um novo discurso sobre a relação Deus – homem – natureza, como pressagiado pelo mesmo nome do Francisco de Assis. Vamos ver, como Maria, a Mãe de Dios, coexistirá com a Mãe Natureza, a Pachamama, agora já não somente uma figura pagã-folclórica dos indígenas andinas, mas um sujeito jurídico com direitos constitucionais, na Bolívia e no Equador¹³. Além dessa particularidade latino-americana, o discurso sobre o “antropoceno” como conceito para caracterizar a época contemporânea geológica e os debates sobre “sustentabilidade” ao redor da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) – o “Rio+20” de 2012 - têm mostrado que o mandamento tradicional de “fazer súbdita a Terra” e a autodefinição do homem de ser “criado na imagem de Deus”, quer dizer, como co-criador e dono do Universo, chegam a ser problemáticos senão marcadamente obsoletos. Eles refletem bem e são adequadas para as eras, quando, para o *homo sapiens*, o planeta Terra era “vazio”, porém, com 7 mil milhões de seres humanos, o planeta está provavelmente tão “cheio”, que somente uma boa dose de humildade e asceticismo, em conjunto com criatividade tecnológica, lhe pode resgatar. Parece-me que o Papa Francisco poderia provocar um “*Aggiornamento*” nesse aspecto das doutrinas católicas – e, oxalá, também nas outras denominações cristãs e na maioria das ideológicas variedades do secularismo.

O que passará então? Vão a aproveitar disso somente as outras igrejas? O que pensar dos efeitos da secularização? Vai ter uma coexistência pacífica ou uma luta pela hegemonia entre a Virgem Maria, e a Pachamama – e o IPCC (*International Panel on Climate Change*) ou o UNEP (*United Nations Environment Programme*), se podemos indicar esses ícones como representantes do esforço secular, em favor de “sustentabilidade”?

¹³ Veja Nitsch, Manfred: *Justamente Buen Vivir? “Nachhaltiges Wirtschaften“ in der Finanzkrise. Beitrag zu den Passauer Lateinamerika-Gesprächen (Justamente Bom Viver? A “Economia sustentável“ na crise financeira. Contribuição às discussões sobre Latino-américa em Passau)*, 4. – 6. Juni 2010, Berlin 2010 (manuscrito na homepage).

5. Brasil como país pioneiro para uma superestrutura global secular?

Nos últimos anos, o Brasil experimentou um processo de universalização da “cidadania”, superando as tradicionais relações coronel/patrão-peão, vanguarda-massa e benfeitor-beneficiário. É bem notável que a economia em geral e também o sistema financeiro se desenvolveram e se fortaleceram seguindo essa linha, com sua estratégia da “bancarização”, quer dizer, a universalização do acesso ao crédito e outros serviços financeiros, por meio da criação de condições de mercado, onde as empresas cobrem seus custos e competem por clientes. Sendo que todo este processo seja sempre mais ou menos bem vigiado por um Estado regulador e democrático, em princípio atuando em favor do bem comum, e em princípio outra vez, as mídias livres vigiando governos e administrações públicas como privadas, se cumprem, ou não, essa missão. O “diabólico” do dinheiro fica controlado por meio dos instrumentos do estado social, em primeiro lugar as transferências, e pelo sistema judicial, que deve, entre outros, garantir *fairness* nos casos, em que a “redenção” via repago de dívidas é impossível. Em termos do tripé: a economia funciona primordialmente pelo *dinheiro*, os *tabus* inibem ou deveriam inibir, corrupção e fraude, e a *força* do Estado está ao lado dos honestos parceiros do mercado e das pessoas que não podem viver de suas rendas dos mercados de trabalho, capital ou terra. Reina “a lei” para todos. Veja o slogan “Um país para todos”, do Governo Lula, e a campanha contra a corrupção do Governo Dilma Rousseff. Sempre falta muito para alcançar os objetivos, - porém, faltaria ainda mais, se não se houvesse formulado essas metas.

Resta problemático que a democracia “cidadã/burguesa” realmente existente e amplamente aceita e estimada pelas camadas médias da sociedade no Brasil e na América Latina em geral, não corresponde exactamente aos princípios tradicionais da Igreja Católica, nem necessariamente às visões progressistas em favor dos pobres e oprimidos. Por isso, a mídia e o público em geral parecem ser pouco apoiados pela Igreja, nas suas campanhas contra a corrupção, no âmbito político. Podem basear-se nos princípios universais de boa conduta honesta do cidadão da comunidade, do país e do mundo, mas, na arena política, as campanhas dos partidos europeus da “democracia cristã” e da internacional cristã-demócrata, nos últimos sessenta, anos não têm deixado maior impacto na América Latina, no que se poderia chamar a “cristianização” da democracia como, por exemplo, na Alemanha Federal da pos-guerra.

Atrevo-me a propor a tese de que o Brasil já tem experimentado o seu “aggiornamento” profundo, no sentido de que sua atual ordem econômica e política é visto como relativamente eficiente e tão amplamente aceita como fundamentalmente “ok” ou até “boa”, senão “justo”, que já tem uma cobertura normativa bem forte. No Brasil, uma das figuras importantes nesse processo foi Herbert de Souza, o Betinho, que se formou na esquerda católica, participando na luta armada contra a ditadura, mas que contribuiu muito às bases ideológicas do PT e do Lula, depois de sua volta de Canadá ao Brasil com sua “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida” e sua “Companha contra a Fome”, onde ele mudou

o discurso da esquerda brasileira do “nós contra eles” à “universalização dos direitos do cidadão”¹⁴.

Em geral, a vigente cobertura normativa maioritária no Brasil parece corresponder já ao que tem sido chamado “Weltethos (Global Ethic, Ethos Global/Mundial)”¹⁵, por uma iniciativa na Alemanha. O apelo da Fundação Global Ethic saiu do teólogo católico Hans Kueng, um dos importantes protagonistas do Segundo Concílio Vaticano, que depois teve certos conflitos com seu colega Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI. O Manifesto, em questão, toma em sério a liberdade religiosa e formula um catálogo de princípios básicos globais de comportamento, aceitáveis e firmados por muitos líderes religiosos, bem diferentes, do mundo inteiro, incluídos varios bispos e cardeais católicos. Em geral, o Manifesto corresponde às pertinentes declarações das Nações Unidas, começando com a Declaração dos Direitos Humanos, e foi apresentado no 6 de outubro 2009, junto com o UN Global Compact, em Nova York. Aceitar a liberdade religiosa significa, para muitos crentes, nas várias religiões do mundo, um passo incrivelmente difícil, porque relativiza a própria religião, que normalmente incluía ou se baseava no axioma de que seja a única via para a salvação da pessoa, para o acesso a Deus ou aos deuses ou para o caminho ao nirvana.

Porém, para evitar mais vítimas nas lutas “culturais” entre nações e civilizações com diferentes religiões¹⁶, o mundo globalizado precisa provavelmente uma quase meta-teologia global, civil, secularizada, cismundana e cosmopolita, que não nega, mas respeita e valoriza as religiões do mundo. Minha experiência pessoal com doutrinas socioeconômicas religiosas, como descrito antes, me faz crer que é possível e necessário tal andar normativo global como Global Ethic; seria um catálogo intermédio entre os princípios e tabus de comportamento cotidiano no “buen vivir” das várias culturas do mundo e o celeste nível transcendental estritamente religioso. Não se trata de usurpar a verdade e o caminho único para a salvação, nem de fazer uma religião do secularismo, mas de uma contribuição à formação duma cidadania global de mulheres e homens, com seu bom senso comum. Como já tenho dito, me parece que, sem negar os graves problemas sociais e ecológicas que enfrenta o país, o Brasil já representa, hoje, mais que outros países, este ethos ou “super-ego” universal, enchendo assim o velho provérbio “Deus é brasileiro” com um novo conteúdo positivo.

¹⁴ Veja minha avaliação de seu papel no “aggiornamento” da política brasileira: Nitsch, Manfred: De trabalho e luta a cidadania e democracia: “aggiornamento” da esquerda, in: Chiappini, Lígia / Dimas, Antonio / Zilly, Berthold (orgs.): *Brasil, País do Passado?*, São Paulo: Biotempo – EDUSP, 2000, p. 332-340; versão alemã: Von <Arbeit> und <Kampf> zu <Buergersinn> und <Demokratie>: Der Beitrag von Herbert de Souza, genannt <Betinho> zum <Aggiornamento> der Linken, in: Chiappini / Zilly (Hrsg.): *Brasilien, Land der Vergangenheit?*, Frankfurt/M.: TFM, 2000, p. 361-368.

¹⁵ Stiftung Weltethos: *Globales Wirtschaftsethos. Konsequenzen für die Weltwirtschaft. Ein Manifest*, herausgegeben von der Stiftung Weltethos; English translation: Global Ethic Foundation: *Global Economic Ethic. Consequences for Global Business. A Manifesto*, Tuebingen 2009 (veja www.globaleconomicethic.org para assinar).

¹⁶ Huntington, Samuel P.: *The Clash of Civilizations*, New York: Simon & Schuster, 1996.